Ñanduty
ISSN:2317-8590

Ensino de História e Educação Ambiental: propostas didáticas para *adiar o fim do mundo*

Luciana Leite da Silva (UFCAT - luciana_leite@ufcat.edu.br)
Aline do Carmo Costa Barbosa (UEG - alinedocarmob@gmail.com)

Resumo: O presente artigo tem a proposta de refletir sobre as relações entre Ensino de História e Educação Ambiental. A partir de um breve levantamento de estudos já existentes sobre essa temática em livros didáticos, apresentamos alguns limites e possibilidades de trazermos para o campo da história outras experiências de viver e estar no mundo. Nesse movimento dialógico, aspectos do pensamento formulado por autores como Davi Kopenawa e Ailton Krenak são apresentados como geradores tanto de problematizações, como também de possíveis caminhos que fogem da lógica mercantilista moderno-ocidental. Para nós, o atual contexto de colapso planetário é, certamente, a justificativa da necessidade de avaliarmos nossas interações a partir de parâmetros bioéticos que não dissociem a humanidade do lugar que habita. Em outro movimento, diversas culturas milenares resistem contra a desterritorialização do lugar, entendido como sagrado e não como mercadoria.

Palavras chaves: Ensino de História, Educação Ambiental, decolonialidade.

Teaching History and Environmental Education: didactic proposals to postpone the end of the world

Abstract: This article aims to reflect on the relationship between the teaching of History and Environmental Education. Based on a brief survey of existing studies on this subject in textbooks, we present some limits and possibilities of bringing into the field of History other experiences of living and being in the world. In this dialogical movement, aspects of the thought formulated by authors such as Davi Kopenawa and Ailton Krenak are depicted as generators of both problematizations and possible paths that escape the modern Western mercantilist logic. For us, the current context of planetary colapse certainly justifies the need to evaluate our interactions from bioethical parameters that do not dissociate humanity from the place it inhabits. In another movement, several ancient cultures resist against the deterritorialization of the place, understood as sacred and not as a commodity.

Keywords: History Teaching, Environmental Education, decoloniality.

Pensadores como Ailton Krenak e Davi Kopenawa despertam questionamentos a respeito de como o Ensino de História reflete sobre o fim do mundo, sobre natureza x ser humano, sobre as expectativas de futuro e sobre como as interpretações do passado se fazem presentes. Nesse trabalho procuramos identificar esses elementos em livros didáticos e, alternadamente, apresentar as perspectivas indígenas acerca de conceitos como ecologia, sustentabilidade, lugar e bem viver.

Os problemas de ordem global relacionados à crise socioambiental têm sido discutidos com mais ênfase desde a década de 70, com ascensão de movimentos ambientalistas e marcadamente a partir de 1972, quando em Estocolmo ocorre a Primeira Conferência Mundial

sobre o Homem e o Meio Ambiente. Fruto destas discussões, diversos marcos legais e tratados internacionais começaram a incorporar também este tema nas esferas educacionais de cada país.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S/1998) instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) estabeleceram orientações que reforçaram a necessidade de tratar o Meio Ambiente como tema transversal em todas as disciplinas. Como, no entanto, o Ensino de História incorporou este tema em seu campo? Quais os limites e as possibilidades colocados para essa área e quais reflexões podemos suscitar diante da urgência cada vez mais explícita de lidarmos com os problemas advindos de uma crise socioambiental?

Para Carvalho e Costa (2016), a aproximação entre o Ensino de História e o Meio Ambiente se deparou com limites epistemológicos fincados na razão moderna/ocidental que promoveu uma disjunção entre sociedade humana e mundo natural, desembocando em uma incapacidade da História enquanto disciplina e, por consequência o Ensino de História, de assumir este tema com qualidade nas pesquisas e nas salas de aula.

> Muitos interpretam que, no coração da crise civilizatória por que passa a sociedade globalizada, está o fato, justamente, de que no mundo moderno se operou uma disjunção entre sociedade humana e mundo natural (Morin, 1999). E tal fato não se deve apenas a mudança em nossa forma de pensar: a própria organização da sociedade moderna, como demonstrou Polanyi (2000), está pautada em tal disjunção, pois "desencapsulou o mundo natural da sociedade", de tal forma que os indivíduos, isolados de um lado, e a natureza, tomada como recurso natural por outro, estivessem disponíveis para a venda no mercado. (Ibidem: 57).

Quando analisamos trabalhos que realizaram pesquisas empíricas em manuais didáticos de História, essa disjunção de que falam Carvalho e Costa (2016) fica bastante evidente. Maria Cristina Crupi (2008) investigou a ideia de natureza presente em doze coleções de História aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2005), concluindo que existe um claro e hegemônico predomínio de uma visão utilitarista da natureza:

> A análise das coleções didáticas de História do ensino fundamental realizada evidenciou que nelas prevalece a concepção utilitarista de natureza, pois estes livros "tornam a natureza presente" (Bornheim,1985: p.18) predominantemente como recurso natural, utilizado tanto para a subsistência dos seres humanos, quanto explorado visando lucro direto ou destinado às atividades produtivas, sendo que os dois últimos enfoques predominam. (Ibidem: 57).

Semelhante à investigação de Crupi (Ibidem), o trabalho de Jozimar Paes de Almeida (2005) também trouxe análises de livros didáticos de História a fim de compreender como são apresentados os conceitos de Meio Ambiente. Para este autor, que analisou obras que circularam no ano de 2002, o intuito era perceber os desdobramentos, dez anos depois, da ECO-92

(Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente) realizada no Rio de Janeiro. Ao se perguntar pelo modo como conceitos ambientais eram aplicados pela História nestes livros, Almeida nota a ausência de uma análise em história ambiental, ao não tratar "do processo de produção industrial considerado como um dos principais fatores dos problemas ecológicos" (Ibidem: 93).

Outros conceitos que merecem nossa atenção nestas reflexões é o de desenvolvimento sustentável e ecologia, largamente utilizados nas temáticas ambientais. Segundo Marpica e Logarezzi (2010), a abordagem do desenvolvimento sustentável nos livros didáticos tem o objetivo de manter uma lógica desenvolvimentista de produção, pautada na eficiência e na lógica de mercado "desconsiderando a questão social do debate e restringindo a questão ambiental a um assunto da ecologia" (Ibidem: s/p).

Ecologia e desenvolvimento sustentável são conceitos que se apresentam de forma paradoxal em nossa sociedade. Para além do espaço escolar, são amplamente citados nos mais diversos espaços midiáticos sendo, inclusive, apropriados por grandes corporações de mercado. Sobre isso Ailton Krenak (2018a: 1) destaca que "A ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado dessa violência colonial abissal como um desequilíbrio ecológico. Para uma epistemologia do Sul, ecologia é uma ideia que nasce no Norte, e que é colada nos povos do Sul como uma carapaça. A ideia de ecologia é dos brancos".

No movimento contrário, o termo ecologia pode ser compreendido não como um movimento salvacionista, mas como um modo de vida já existente. Longe de ser algo inventado por ambientalistas, Davi Kopenawa infere que a ecologia foi, desde tempos imemoriais, vivenciada por seu povo e ensinada pelo demiurgo Omama:

> Omama tem sido, desde o primeiro tempo, o centro das palavras que os brancos chamam de ecologia. É verdade! Muito antes de essas palavras existirem entre eles e de começarem a repeti-las tantas vezes, já estavam em nós, embora não as chamássemos do mesmo jeito. Eram, desde sempre, para os xamãs, palavras vindas dos espíritos, para defender a floresta. Se tivéssemos livros, os brancos entenderiam o quanto são antigas entre nós! Na floresta, a ecologia somos nós, os humanos. Mas são também, tanto quanto nós, os xapiri, os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento e o sol! É tudo o que veio à existência na floresta, longe dos brancos; tudo o que ainda não tem cerca. As palavras da ecologia são nossas antigas palavras, as que Omama deu a nossos ancestrais. Os xapiri defendem a floresta desde que ela existe. Sempre estiveram do lado de nossos antepassados, que por isso nunca a devastaram. Ela continua bem viva, não é? Os brancos, que antigamente ignoravam essas coisas, estão agora começando a entender. É por isso que alguns deles inventaram novas palavras para proteger a floresta. Agora dizem que são a gente da ecologia porque estão preocupados, porque sua terra está ficando cada vez mais quente. (Kopenawa & Albert, 2015: 479-480).

De igual modo, inventamos o conceito de desenvolvimento sustentável. Sobre este conceito o trabalho recente de Fábio Pessoa Vieira (2020) aponta para o modo como ele ressoa na Educação Ambiental como uma falsa ideia de única via para a sustentabilidade:

> pretensamente capaz de resolver os problemas sociais, tal como o desemprego, e ambientais, em especial por intermédio do uso das denominadas tecnologias "limpas" constitui-se em uma racionalidade econômica que, em uma lógica global, inviabiliza possibilidades de envolvimento com a natureza a partir de uma diversidade de culturas e de outros processos de significação que aflora do envolvimento com o lugar. (Ibidem: 263).

A lógica deste desenvolvimento sustentável calca-se em uma racionalidade econômica que reforça a ideia de que bons hábitos individuais, aliados a tecnologias de grandes empresas, seriam suficientes para evitar o colapso ambiental e social. Tal lógica, que mantém a ideia de natureza a serviço da sociedade capitalista, ainda que em uma roupagem "sustentável", corrobora para uma "armadilha paradigmática" que perpetua a epistemologia moderna "fundamentada em uma lógica que põe em pares opostos, elementos que intrinsecamente estão amalgamados na teia da vida, como natureza, cultura, ser humano" (Ibidem: 264).

Também Ailton Krenak (2018b) realiza essa crítica ao apresentar outra noção do que é ser sustentável: "se você for a uma nascente, e se abastecer de água ali, você tem que ter certeza que passadas cinco gerações, seis gerações, a sétima geração vai poder ir àquele mesmo lugar e pegar água com a mesma qualidade. Isso é a ideia que poderia ser considerada como sustentável" (Sempre um Papo,Youtube). Aqui Krenak (Ibidem) nos desperta para outra concepção de futuro, que não se pauta na acumulação de capital, no consumismo, no imediatismo e na industrialização a todo custo. Em sua perspectiva, para que possamos conceber a existência humana não predatória, faz-se necessário estabelecermos um compromisso geracional com tudo que compõe a vida planetária.

A figura do xamã concebe essa garantia de vida saudável para as gerações vindouras por meio da conexão entre os conhecimentos ancestrais e os seres da natureza. É baseado nessa concepção holística que Davi Kopenawa tece sua crítica aos brancos que "se puseram hoje em dia a falar em proteger a natureza, mas que não venham mentir para nós mais uma vez, como fizeram seus pais e seus avós. Nós, xamãs, dizemos apenas que protegemos a natureza por inteiro" (Kopenawa & Albert, 2015: 484). Após séculos de exploração dos recursos e dos povos da terra, os brancos se colocam *hoje em dia* como detentores de um discurso salvacionista que visa, quando muito, minimizar os danos ambientais que se dão em escala exponencial.

Certamente, tanto Kopenawa quanto Krenak nos colocam a imensa e difícil tarefa de entendermos a *natureza por inteiro*.

Nesse mesmo sentido, Vieira (2020: 265) considera que a crise ambiental "é também uma crise de produção do conhecimento". Que outras pedagogias seriam possíveis, se a temática do meio ambiente fosse pensada por um viés oposto ao da racionalidade econômica? Quais outras epistemologias poderiam fundamentar saídas para a crise em que nos encontramos? Vieira responde a estes questionamentos trazendo para o debate pedagógico as possibilidades que se abrem com o pensamento decolonial:

> o diálogo entre saberes cria condições para um exercício de desconstrução do mundo moderno-colonial, ao permitir que outros saberes, que historicamente foram considerados uma maneira de produção de conhecimento menos válida do que o conhecimento científico, possam emergir nos espaços de discussão e produção do conhecimento (Ibidem: 267).

A sugestão defendida pelo autor é a de que educadoras e educadores, ao se valerem destes outros saberes, poderão compartilhar experiências que indicam outras perspectivas do "sustentável", tais como, as experiências indígenas, das quebradeiras de coco e de unidades de conservação criadas por diversos movimentos camponeses.

Os saberes tradicionais, neste sentido, fornecem uma outra relação possível entre seres humanos, natureza e meio ambiente, com pedagogias próprias capazes de criar espaços autônomos que indicam outras possibilidades de futuro:

> é com estas comunidades que acredito ser possível a suspensão de atividades voltadas para uma Educação Ambiental tecnicista e individualista. Ao mesmo tempo visualizo uma potência para que com as múltiplas territorialidades existentes no mundo a Educação Ambiental possa se alicerçar em uma premissa de que os espaços sustentáveis estão para além de um viés mercadológico, e que inclua em sua definição a riqueza dos saberes e da sociobiodiversidade existentes com várias comunidades (Ibidem: 277).

Essas sugestões de Vieira dialogam com as ideias de Ailton Krenak e de Davi Kopenawa, nos levando à seguinte problematização: é possível pensar materiais didáticos de história *para adiar o fim do mundo?*

O livro "Ideias para adiar o fim do mundo", publicado em 2020, traz para nós leitoras/es diversas inquietações, é uma provocação clara ao modelo moderno ocidental capitalista que produziu e continua produzindo miséria e destruição. Curioso notar que este livro se originou de uma conferência que Krenak proferiu na UNB quando foi convidado justamente para falar

em um encontro sobre desenvolvimento sustentável. A começar por um questionamento radical da narrativa que separa e opõe natureza de humanidade, Krenak (2020) nos traz outra perspectiva, dos povos que resistem e se recusam a se dissociarem da terra, das montanhas, dos rios, porque constituem e são constituídos por ela. Povos estes que ao não se submeterem ao sistema moderno capitalista e colonial, que não separam "gente e terra", são tratados como sub-humanidade. O desenvolvimento do argumento do livro segue de modo a apontar como este sistema, sustentando pelas grandes corporações, além de promover a destruição dos povos originários, cria uma falsa ideia de sustentável:

> Estar com aquela turma me fez refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza [...] A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra. Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? (Ibidem: 16- 22).

Na mesma conferência Krenak cita a experiência colonial dos Massai para ilustrar sua crítica a ideia de sustentabilidade. Destaca que essa sociedade, localizada no Quênia, se envolveu em um conflito com a administração colonial inglesa que almejava transformar sua montanha sagrada em um parque (Ibidem: 20). Uma vez criado o parque, com seus grandes estacionamentos de carros e intensa circulação de pessoas, a sacralidade da montanha seria aniquilada. Aqui nos vemos diante de um impasse entre diferentes concepções de lugar. Enquanto para administração colonial a montanha é um recurso lucrativo, para as comunidades tradicionais o lugar "transcende a Natureza em sua percepção como recurso e alcança a dimensão da existência como o sagrado. O lugar espiritual é onde a terra descansa, e se o lugar é sagrado é em razão da transcendência da Natureza da percepção como recurso" (Krenak, 2018a: 2).

O que fazer, diante de tamanha devastação e dessa *eminência do fim do mundo* que vivemos atualmente? Krenak (2020) responde a esta pergunta relembrando que os indígenas resistem há cinco séculos, e que o fizeram expandindo suas subjetividades, reconhecendo a diversidade de outras formas de pensar o mundo que não àquelas que querem vender, assaltar e separar a natureza de seus povos:

> Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando

> órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. Tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos, assim como às formas de sociabilidade e de organização de que uma grande parte dessa comunidade humana está excluída, que em última instância gastam toda a força da Terra para suprir a sua demanda de mercadorias, segurança e consumo (Ibidem: 50).

O chamado de Krenak é que esses encontros (da sociedade ocidental com os povos indígenas) animem práticas e concebam uma outra relação possível entre sociedade e natureza. Nas pesquisas que mencionamos sobre meio ambiente em manuais didáticos de História, percebemos como o predomínio nos livros têm sido desta lógica que separa humanidade de natureza, a qual Krenak critica. Como contraponto aos livros didáticos analisados nas pesquisas acima mencionadas, queremos trazer para nossa reflexão um outro manual didático, publicado recentemente, a fim de perceber se esses encontros também são possíveis no Ensino de História.

O livro *"Diálogos em Ciências Humanas – Consciência Ambiental"*, de autoria de Claudio Vicentino, Eduardo Campos e Eustáquio de Sene (2020) foi escolhido por algumas razões. Claudio Vicentino é professor de História e um dos autores de livros didáticos mais lidos no Brasil, o outro motivo se refere ao fato de esta obra já estar adaptada a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É importante destacar que a nova BNCC foi aprovada em meio a inúmeros debates e questionamentos, sendo um deles justamente o fato de a Educação Ambiental não ter sido encarada como elemento fundamental, sendo citada apenas uma única vez no documento (Menezes; Miranda, 2021).

Ao analisar esta obra, nos perguntamos: como os conceitos de natureza, meio ambiente e desenvolvimento sustentável são apresentados no livro? É possível encontrarmos nesta obra propostas "para adiar o fim do mundo?" Este material didático rompe com as críticas mencionadas acerca da difícil aproximação entre educação ambiental e Ensino de História?

Publicado em 2020 pela Editora Ática, e aprovado pelo PNLD, o livro é destinado para o público do Ensino Médio e dividido em duas unidades, sendo que cada unidade se subdivide em dois capítulos:

- *Unidade 1*- O ser humano e sua relação com a natureza. Capítulo 1) Epidemias e a exploração da natureza. Capítulo 2) Cultura no mundo contemporâneo;
- *Unidade 2* - Alternativas para o desenvolvimento. Capítulo 3) Conferências, acordos e desenvolvimento sustentável. Capítulo 4) Ética Ambiental.

O primeiro texto do livro, que inaugura a *Unidade 1*, 'Pandemia e Meio Ambiente: Impactos momentâneos ou nova normalidade?', traz uma discussão sobre aspectos positivos do isolamento social da população para o meio ambiente, a partir dos exemplos de imagens de satélites que mostraram a diminuição da poluição ao redor do mundo. O texto traz uma entrevista com o professor Fabrício Alvim Carvalho, que associa claramente o evento à diminuição da emissão de gases por grandes indústrias. Em seguida, o livro propõe uma atividade na qual as/os estudantes são questionadas/os sobre essa postura do professor, que apresenta a visão pessimista de que não conseguiremos romper com o "paradigma de consumo exagerado, que é a principal causa de degradação da natureza" (Vicentino et al, 2020: 16).

Já o segundo texto, que inaugura o *Capítulo 1*, intitulado 'Pandemia, meio ambiente e sociedade', tem como argumento central o fato de que a pandemia expôs a fragilidade do atual modelo econômico. O texto termina com os seguintes questionamentos: "Até quando a sociedade e o nosso sistema social e econômico suportarão as crises ecológicas, sociais, econômicas e [de] saúde? [...] É isto que deixaremos de legado para as futuras gerações?" (Ibidem: 19).

Já de início, portanto, percebemos que o livro didático não apresenta os reducionismos clássicos desta temática, trazendo para o centro do debate as consequências do modo de produção capitalista como um dos principais causadores das crises socioambientais no mundo, criticando a visão da natureza enquanto recurso natural ou mercadoria.

Ainda no primeiro capítulo do livro é importante destacar os temas tratados: doenças transmissíveis, vacinas, epidemias e pandemias na Antiguidade, na Idade Média e entre os séculos XV e XXI. Ao fazer uma historicização destes temas, os textos chamam atenção para os problemas sociais que produzem crises como epidemias e pandemias, tais como genocídio indígena, falta de investimento no sistema público de saúde, pobreza, falta de saneamento básico etc. Ou seja, as/os estudantes são convidadas/os a refletirem sobre o modo como temas históricos não estiveram e não estão desvinculados dos problemas do meio ambiente e vice-versa.

No tópico seguinte, os alunos lidam diretamente com o conceito de natureza. '*A natureza como recurso*', '*Cultura e Natureza*', '*Diferentes concepções de natureza*' são os títulos que convidam os alunos a uma questão fundamental: desnaturalizar o argumento moderno que separou seres humanos e natureza. A disjunção entre sociedade humana e mundo natural, neste sentido, não só perde força, mas também é compreendida em sua historicidade. Após a leitura dos textos são propostas as seguintes questões: "O que é natureza para vocês? Nós, humanos,

somos ou não parte da natureza? Deem exemplos para justificar uma ou outra posição. Vocês concordam que houve um distanciamento entre o homem e a natureza? Deem exemplos" (Vicentino et al, 2020: 33).

O capítulo segue levantando problemáticas acerca da exploração da natureza e finaliza com uma atividade proposta aos alunos a partir da leitura de um trecho[1] de *A Queda do Céu,* de Davi Kopenawa:

> a) Segundo o texto de Kopenawa, quais as diferenças que os yanomami e os "brancos" estabelecem quanto às mercadorias e à herança?
> b) Qual o impacto dessas diferentes concepções na exploração dos recursos naturais? Se necessário, pesquise quais são as atividades produtivas dos yanomami.
> c) Os yanomami têm tido suas terras invadidas por garimpeiros desde a década de 1970. Em 2020, essas invasões tornaram ainda mais difícil a luta contra a Covid-19 em suas aldeias. Por quê? Pesquise a respeito do garimpo nas terras indígenas yanomami. (Ibidem: 41).

No que se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável, percebemos também uma reflexão crítica bastante marcada. Dois textos 'A inviabilidade ambiental do atual modelo de desenvolvimento' e a 'A inviabilidade do modelo consumista' nos chamam a atenção justamente pelo argumento construído acerca da impossibilidade do conceito de desenvolvimento sustentável, tal como aponta Vieira (2020) e Ailton Krenak (2020). O livro didático também nos indica uma superação da crítica apontada por Marpica e Logarezzi (2010), quando constatam que nos livros didáticos a questão social é desconsiderada neste debate.

Ao longo dos textos e das imagens diversos problemas são analisados: a exploração do agronegócio, o garimpo ilegal, o genocídio indígena, o aumento do consumo dos agrotóxicos, o aquecimento global, a poluição etc. Para nós, o posicionamento apresentado neste livro didático é fundamental para que alunos e alunas compreendam de forma crítica as relações

[1] No começo, a terra dos antigos brancos era parecida com a nossa. Lá eram tão poucos quanto nós agora na floresta. Mas seu pensamento foi se perdendo cada vez mais numa trilha escura e emaranhada. [...] Derrubaram toda a floresta de sua terra para fazer roças cada vez maiores. [...] Aí começaram a arrancar os minérios do solo com voracidade. Construíram fábricas para cozê-los e fabricar mercadorias em grande quantidade. Então, seu pensamento cravou-se nelas e eles se apaixonaram por esses objetos como se fossem belas mulheres. Isso os fez esquecer a beleza da floresta. [...] As mercadorias não morrem. É por isso que não as juntamos durante nossa vida e nunca deixamos de dá-las a quem as pede. Se não as déssemos, continuariam existindo após nossa morte, mofando sozinhas, largadas no chão das nossas casas. Só serviriam para causar tristeza nos que nos sobrevivem e choram nossa morte. Sabemos que vamos morrer, por isso cedemos nossos bens sem dificuldade [...] Somos diferentes dos brancos e temos outro pensamento. Entre eles, quando morre um pai, seus filhos pensam, satisfeitos: "Vamos dividir as mercadorias e o dinheiro dele e ficar com tudo para nós!". Os brancos não destroem os bens de seus defuntos, porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Eu não diria a meu filho: "Quando eu morrer, fique com os machados, as panelas e os facões que eu juntei!". Digo-lhe apenas: "Quando eu não estiver mais aqui, queime as minhas coisas e viva nesta floresta que deixo para você. Vá caçar e abrir roças nela, para alimentar meus filhos e netos. Só ela não vai morrer nunca!". [...] KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 407-412.

indissociáveis entre crise climática/ambiental, crise social e modelo econômico atual, e também para que possam interpretar fenômenos do presente (por exemplo no caso das recentes enchentes que mataram centenas de pessoas em Petrópolis) não como "desastres naturais" mas como frutos da ação humana que produz política e economicamente modelos insustentáveis. Nesse sentido Carvalho e Costa (2016) fazem uma ponderação acerca das relações entre ensino de história e meio ambiente:

> mais do que relatar exaustivamente as consequências negativas da relação humano-ambiente ao longo da História, favorecendo a separação entre as duas instâncias (humano e natural), pode apresentar diferentes formas históricas de convívio com a natureza, dando ferramentas para um pensamento crítico e construtivo, que possa dar novos ares a essa relação (Ibidem: 58).

Para nós, o livro didático aqui apresentado, apesar de relatar exaustivamente estas consequências negativas, não favorece a separação entre as duas instâncias, pois ao mesmo tempo apresenta outras formas históricas de convívio com a natureza, promovendo tanto o diálogo com outras subjetividades, como propõe Krenak (2020), como também compartilhando outras experiências de sustentabilidade, como propõe Fábio Vieira (2020). Vejamos na figura a seguir, uma imagem do livro didático a respeito dos conceitos Ubuntu e Bem Viver:



Conceitos

Ubuntu

É uma palavra do vocabulário zulu e xhosa, línguas de raiz bantu, traduzida como "humanidade para com os outros", e designa uma ética, uma filosofia, que compreende a relação intrínseca entre o indivíduo e a comunidade, ou seja, a conexão que há entre todos, o cuidado de si mesmo e do outro como um todo: "eu sou porque nós somos". Valoriza a fraternidade, a colaboração e o altruísmo e se opõe ao individualismo. *Ubuntu* significa que ninguém deve obter vantagem pessoal em detrimento do bem-estar do outro ou da comunidade. É o princípio que inspirou Nelson Mandela na reconciliação nacional após o fim do *apartheid* na África do Sul.

Bem viver

Conceito criado para dar visibilidade às cosmogonias e aos modos de vida dos povos ameríndios, com destaque para os povos andinos e os povos das florestas tropicais, que compreende a vida em harmonia com os demais humanos e com a natureza, alicerçados pela solidariedade e pela sustentabilidade. Esses diferentes povos compartilham perspectivas e práticas que muitas vezes tomam os elementos da natureza como parte de suas famílias ou povos, ou ainda mantêm relações de sacralidade com eles. O rio Doce, em Minas Gerais, por exemplo, é denomidado Watu (ou Uatu) pelo povo Krenak e é por eles tratado como um irmão responsável pela saúde, religião e cultura da comunidade.

Povos e comunidades tradicionais do Brasil

Saber

Povos e comunidades tradicionais: os sujeitos e seus deslocamentos. Davys Sleman de Negreiros *et al*. Curitiba, Editora CRV, 2019.

O livro apresenta uma série de artigos sobre os modos de vida e saberes de diferentes comunidades tradicionais brasileiras, pautado pela perspectiva de que os conhecimentos dessas sociedades,

Figura 1. Imagem do Livro Didático Diálogos em Ciências Humanas – Consciência Ambiental. (Ibidem: 143).

No texto de Fábio Pessoa Vieira (2020), é justamente o conceito de bem viver que ele aponta como exemplo de possibilidade pedagógica para Educação Ambiental:

> São com estes povos que tem o Bem Viver como uma filosofia de vida, de envolvimento com ambiente em períodos anteriores ao surgimento do Estado moderno e que representam culturas que sobreviveram ao epistemicídio na América Latina, que vejo a Educação Ambiental como possibilidade de ampliar no seu repertório o que é um espaço sustentável. Por isso, é importante aprender com as experiências e lições comunidades que constituem um mundo marginalizado, mas, que são detentoras de modos de vida que gerem o ambiente em uma relação de respeito e empatia com as formas de vida. (Ibidem: 276).

Vieira resgata as experiências das quebradeiras de coco do Estado do Tocantins, para explorar as significações do "Bem Viver". No livro didático que aqui analisamos, o texto intitulado 'Comunidades tradicionais e agroextrativismo' é acompanhado de uma fotografia das quebradeiras de coco-babaçu, no município de Viana (MA). No mesmo sentido traz diferentes experiências de agricultura, com textos explicativos sobre agroecologia, agricultura orgânica, permacultura e agricultura integrada.

O conceito de antropoceno, que abre caminhos para a discussão sobre Ética Ambiental, é o tema do último capítulo. O pequeno texto, intitulado 'A descolonização do imaginário', confronta as possibilidades de agência dos indivíduos caso os problemas não sejam interpretados de forma estrutural:

> Vê-se imediatamente quais são os valores que devem ser privilegiados e que deveriam ser prioritários em relação aos valores dominantes atuais. O altruísmo deveria preceder o egoísmo, a cooperação, preceder a competição desenfreada, o prazer do lazer, preceder a obsessão pelo trabalho, a importância da vida social, preceder o consumo ilimitado, o gosto pela bela obra, preceder a eficiência produtivista, o razoável, preceder o racional etc. O problema é que os valores atuais são sistêmicos. Isso significa que são suscitados e estimulados pelo sistema e que, em contrapartida, contribuem para reforçá-lo. É claro que a escolha de uma ética pessoal diferente, como a simplicidade voluntária, pode mudar a direção da tendência e solapar as bases imaginárias do sistema, mas sem um questionamento radical deste último, a mudança corre o risco de ser limitada. LATOUCHE, Serge. As vantagens do decrescimento. Le Monde Diplomatique Brasil, 1o nov. 2002. Disponível em: https:// diplomatique.org.br/as-vantagens-do-decrescimento. Acesso em: 2 jul. 2020. (Vicentino et al, 2020: 147).

Ao analisarmos as várias temáticas, percebemos que os povos indígenas são os mais mencionados nos diversos assuntos que as discussões ambientais suscitam (em dezessete textos). Para a área do Ensino de História, consideramos um grande avanço, ainda mais num momento político do nosso país em que os direitos indígenas têm sido tão atacados, principalmente por interesses contrastantes que avançam cada vez mais a destruição do meio

ambiente. E é justamente por essa razão que também fazemos uma ressalva na análise desta obra. A atualidade dos temas e dos textos é gritante, o livro começa com textos sobre a pandemia e ao longo dos capítulos traz reportagens, matérias, entrevistas, fotografias e discussões bastante recentes e polêmicas como, por exemplo, assuntos relacionados à apropriação cultural.

Não há, no entanto, nenhuma menção a principal discussão atual a respeito dos povos indígenas: as lutas pela demarcação de terras e a votação do Marco Temporal. Como o livro didático pretende trazer as discussões mais atuais a respeito dos dilemas socioambientais, ignorar esta disputa no Brasil nos parece problemática, o que não tira o avanço produzido pela obra.

No entanto, insistimos em destacar que a ausência dessa discussão não só impede a complexidade do pensamento e da ação política como também desconecta os princípios de "Ubuntu" e "Bem viver", por exemplo, dos lugares em que possam existir e se reproduzir. E não se trata apenas de uma ameaça epistêmica. A tese do Marco Temporal é um visível projeto de extermínio das comunidades indígenas e quilombolas. As fortes críticas de Ailton Krenak (2023) nos convidam a pensar sobre isso:

> É burrice suicida pensar o desenvolvimento sem integrar os direitos da terra. O combate contra o colonialismo – que se chama debate decolonial – vai se ampliar cada vez mais. Mas o que a gente precisa pensar é como será a vida das pessoas nas comunidades, porque, se a gente desmantelar a base natural da vida de milhares de comunidades, a gente pode até resolver a questão epistemológica, mas depois pronto, acabou, não temos mais colonialidade aqui, só que está todo mundo morto (Ibidem: s/p).

Considerações finais

As pesquisas sobre Ensino de História e Educação Ambiental, principalmente aquelas que analisaram livros didáticos, apontam para limites epistemológicos clássicos e claros ao tratar o meio ambiente como tema histórico. Foi possível identificar a predominância de uma concepção utilitarista da natureza, recorrentemente apresentada como recurso natural destinado a subsistência humana. Essa perspectiva reforça a problemática separação entre os sujeitos coletivos humanos e o mundo natural, noção essa que aqui se inicia com os sistemas coloniais, mas que se perpetuam nos dias atuais.

As parcas tentativas de superar ou pelo menos adiar um colapso planetário passam pelos conceitos de sustentabilidade e ecologia, amplamente apropriados pelas grandes corporações de mercado e pelas mídias. Davi Kopenawa e Ailton Krenak realizam profundas críticas à maneira com que os brancos vêm inventando terminologias com a promessa de garantir

cuidados com o meio ambiente. Partindo do compromisso geracional e de uma visão holística da vida, ambos pensadores afirmam que os povos originários, milenarmente, trazem em sua experiência histórica um modo de ser e viver pautado na inseparabilidade entre humanos, montanhas, águas e seres espirituais das florestas.

Essa forma de estar no mundo se dá nos territórios em que, cotidianamente, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares enfrentam as pressões dos projetos de monoculturas, mineração e agropecuária. As grandes frentes de expansão agrícola têm fortalecido seus projetos parlamentares e, ao mesmo tempo, disseminado a ideia de que a total liberdade de exploração pode reverter o drama da pobreza do país. Daí que os ativismos de Davi Kopenawa e Ailton Krenak nos ensina que não basta resolver o problema epistemológico ocidental que separa humanidade e natureza. É necessário combater projetos de Lei, como o PL 490/2007, que institui o marco temporal e outras expensas.

As questões que aqui apresentamos não serão superadas facilmente, e estão imbrincadas com outros fatores limitadores tais como o déficit na formação de professores, a pouca relevância dada a estes temas nas produções historiográficas, e a ideologização neoliberal dos currículos, principalmente com a aprovação da BNCC.

Porém, ao traçar diálogos entre a obra didática *Diálogos em Ciências Humanas: consciência ambiental* e os pensadores indígenas Davi Kopenawa e Ailton Krenak, buscamos apresentar essas outras possibilidades que incorporam discussões e abrem caminhos no Ensino de História para que possamos, cada vez mais, romper com estes limites e produzir reflexões e ações *para adiar o fim do mundo*.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Jozimar Paes de. 2005. “A difusão do conhecimento científico sobre meio ambiente nos livros didáticos de História”. *História e Ensino*, Londrina, 11: 75-95.

CARVALHO, Ely Bergo. COSTA, Jamerson de Souza. 2016. “Ensino de História e Meio Ambiente: uma difícil aproximação”. *História e Ensino*, Londrina, 22 (2), 49-71.

CRUPI, Maria Cristina. 2008. *A natureza nos livros didáticos de História: uma investigação a partir do PNLD*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista.

KRENAK, Ailton. 2018a. Ecologia Política. *Ethnoscientia*, 3(2), 01-02.

KRENAK, Ailton. 2018b. Sempre um papo. In: https://www.youtube.com/watch?v=JizR5UOm4uw&t=7s&ab_channel=SempreUmPapo-Ano37. (Acessado em 03 de fevereiro de 2023).

KRENAK, Ailton. 2020. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

KRENAK, Ailton. 2023. *A terra cansa*. In: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/ailton-krenak-terra-cansa (Acessado em 03 de março de 2023).

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do Céu*. *Palavras de um xamã yanomami.* São Paulo: Companhia das Letras.

MARPICA, Natália Salan. LOGAREZZI, Amadeu José. 2010."Um panorama das pesquisas sobre livro didático e educação ambiental". *Ciência e Educação,* 16 (1), 115-130.

MENEZES, Geisa Defensor Oliveira; MIRANDA, Maria Anália Macedo. 2021. "O lugar da Educação Ambiental na Nova Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio". *Revista Educação Ambiental em Ação*. Vol. XX, nº 75. p. 01-17. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4152. (Acessado em 29 de dez. de 2023).

VICENTINO, Claudio; CAMPOS, Eduardo; SENE, Eustáquio de. 2020. *Diálogos em Ciências Humanas: consciência ambiental*. Ed. Ática, São Paulo.

VIEIRA, Fábio Pessoa. 2020. "Uma educação ambiental para além da pandemia: aprendizados decoloniais com outras comunidades e com outras pedagogias". *Revista Brasileira de Educação Ambiental.* São Paulo, 15 (4), 259-278.